



Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de junho de 2017

Moisés

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Instalação de Equipamento Infantil na CHE “A Alentejana”
- 2º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras referente a Obras de Melhoramento no Palco de Silveiras
- 3º. Ponto – Proposta de Protocolo com as Juntas de Freguesia do Concelho para a criação de ATL’s de Verão/2017
- 4º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre e a Associação “O Sobreiro”, referente a fornecimento de refeições a utente
- 5º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Ciborro referente à Construção de Passeio na Rua do Zambujeiro
- 6º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Aquisição e Instalação de Cobertura Sevilhana para a E.B. nº. 5
- 7º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Fornecimento e Substituição da Cobertura do Pavilhão Multiusos de Fazendas do Cortiço
- 8º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para Plantação de Canteiros na Praceta da Rua Mariana Gutierrez de Morais Paquete
- 9º. Ponto – Adenda ao Acordo de Execução entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras/Ajustamento de valores a transferir
- 10º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Fornecimento e Montagem de Estores

bloque Sofio

no Jardim de Infância de S. Mateus

- 11º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Pavimentação em Betuminoso da Zona Urbana de Ferro da Agulha
- 12º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Cabrela para Apoio à Recuperação das Portas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição
- 13º. Ponto – Proposta de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal/Pecuária na Courela do Baldio
- 14º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para realização da Feira Franca
- 15º. Ponto – Informação acerca da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes na sala.

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Luís Pinto Xavier, Jorge Mestrinho, em substituição de António Joaquim da Silva Danado, António Manuel Bernardo Fitas, Beatriz Maria Varela Maltes da Visitação, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Helena Antunes em substituição de Sónia Cristina dos Ramos, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Roque Sofio, registando-se vinte e três presenças.

Ausentes desta sessão estiveram os eleitos Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Dário Miguel Tregeira Coelho, Duarte Manuel Vicente da Luz, João António Abrantes Caldeira e José Vicente Grulha, tendo justificado as suas ausências.

Estiveram ainda presentes a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, a Sra. Vereadora Carmen Carvalheira e os Srs. Vereadores António Pinetra e Henrique Lopes. A senhora Vereadora Palmira Catarro e o senhor Vereador Olímpio Galvão informaram não poder estar presentes nesta Assembleia pelo facto de se encontrarem a participar na sessão solene comemorativa do aniversário da Sociedade "Carlita".

Antes de iniciados os trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal propôs que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem aos mortos do incêndio de Pedrogão Grande que começou a lavrar no passado dia dezassete do corrente mês, tragédia que causou um elevado número de vítimas mortais e feridos.

Depois de respeitado o período de silêncio na sala, a Sra. Presidente colocou à consideração da Assembleia a inclusão de dois novos pontos na Ordem de Trabalhos, propostas essas oportunamente enviadas a todos os Membros e que foram aprovadas na última reunião de Câmara, propondo que em caso de concordância, a proposta de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal / Pecuária na Courela do Baldio passasse a ser o ponto número treze e a proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para realização da Feira Franca fosse o ponto número catorze da ordem de trabalhos, renumerando-se,

Boque Sofia

consequentemente, o último ponto, questões que mereceram aceitação por parte de todos os Membros da Assembleia Municipal presentes.

A Sra. Presidente da Assembleia colocou seguidamente à discussão a proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de abril de dois mil e dezassete, tendo o eleito Sr. Joaquim Bastos proposto uma alteração no sentido de incluir o nome da eleita Sra. Paula Martins, o qual por lapso não consta do texto da proposta de ata. Em consequência desta omissão, referiu ainda o mesmo eleito que deverá ser entretanto confirmado o número de eleitos que estiveram envolvidos na votação da proposta apresentada pelo eleito do CDS no período de antes da ordem do dia sobre a atuação do governo da Venezuela, mais precisamente se serão vinte e quatro votantes, como consta da ata ou se serão vinte cinco, face à inclusão do nome da eleita Sra. Paula Martins, situação que a Mesa clarificou como tendo participado na votação vinte e cinco eleitos, vinte dos quais (PS e CDU) votaram a favor, 2 votaram a favor (PSD e CDS) e 3 abstiveram-se (PS), devendo por conseguinte a proposta de ata ser alterada em conformidade. Não havendo mais nenhuma proposta de alteração, a proposta de ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos eleitos que estiveram presentes na referida sessão, com a inclusão das duas alterações propostas.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal voltou a usar da palavra para colocar uma questão prévia que tem a ver com a data agendada para realização da próxima reunião da Assembleia Municipal, atendendo a que a referida data de trinta de setembro de dois mil e dezassete coincide com o encerramento da campanha eleitoral. Depois de discutido o assunto no seio da Assembleia, acordou-se unanimemente que a data de 14 de setembro de dois mil e dezassete seria a melhor opção, tendo dessa forma ficado decidido alterar a data da próxima sessão ordinária da Assembleia para o próximo dia catorze de setembro.

Deu-se depois início ao período antes da ordem do dia.

Pediu a palavra a eleita Sra. Helena Antunes que começou por solicitar informação quanto à deslocalização das famílias de etnia cigana que se encontravam a residir em contentores próximo da Parque de Exposições, mais precisamente para onde foram morar.

Em resposta a Sra. Presidente da Câmara Municipal, informou que o espaço designado por acampamento não tinha nenhuma pessoa a viver no local, pelo que os contentores que lá se encontravam foram retirados, havendo conhecimento que essas famílias viviam noutros espaços e noutras casas na cidade.

A mesma eleita pediu também esclarecimento quanto à razão pela qual a limpeza das ruas está um caos, dando o exemplo da zona da Quinta da Nora e da Urbanização de S. Domingos, cujos munícipes se queixam porque não vêem funcionários municipais a limpar as ruas.

Relativamente a esta matéria a Sra. Presidente da Câmara transmitiu que a Comissão de Moradores já havia colocado a questão e a informação que a Câmara prestou é aquela que já tem sido referida noutras ocasiões e que tem a ver com as dificuldades de resposta por parte dos serviços operacionais da higiene e limpeza que está diretamente relacionado com a redução do número de pessoas ao serviço, situação que tem como natural consequência a impossibilidade de fazer com a mesma regularidade que antes se verificava, a limpeza e a varrição de todas as ruas. Entretanto, foram tomadas medidas, nomeadamente com recurso ao trabalho extraordinário para que pudesse ser feita uma limpeza a todo aquele espaço.

Em terceiro lugar a eleita Sra. Helena Antunes referiu-se à climatização da Escola número dois "Conde Ferreira" em que vários pais se queixam porque no Verão os alunos não dispõem de equipamentos que permitam baixar a temperatura do espaço, situação

Nogueira

que a Associação de Pais já terá colocado à Câmara sem que tenham obtido qualquer resposta, razão pela qual questionou o que vai a autarquia fazer para resolver o assunto ou se pelo contrário nada está previsto fazer.

Quanto a este assunto a Sra. Presidente da Câmara Municipal disse não dispor de dados que lhe permitam, neste momento, fornecer alguma informação adicional, comprometendo-se a inteirar-se da situação em causa.

Ainda relativamente a esta mesma Escola a eleita Sra. Helena Antunes disse terem-lhe chegado também queixas de que alguns animais domésticos, nomeadamente gatos que deambulam pelo exterior da escola deixam excrementos e dejetos que provocam mau cheiro, em que provavelmente muitos destes animais serão abandonados. Os pais estão preocupados com a situação, pelo que disse pretender saber o que tenciona a Câmara fazer para ultrapassar o problema.

Neste âmbito a Sra. Presidente da Câmara disse que a situação de animais que se presume se encontrem em situação de abandono irá ser reportada ao Veterinário Municipal para que possam ser tomadas as medidas consideradas adequadas.

De novo o uso da palavra a eleita Helena Antunes apresentou o seguinte voto de pesar em nome da bancada do PSD:

“A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de 30 de junho de 2017, vem propor um Voto de Pesar, manifestando o seu profundo pesar pela tragédia que ocorreu em Pedrogão Grande e seus concelhos limítrofes, manifestando o seu pesar e a sua solidariedade às famílias das vítimas, expressando a nossa solidariedade para com toda a população afetada.

É um momento de solidariedade, apoio e ajuda para com todos aqueles que tudo perderam com esta tragédia.

Fazendo também um reconhecimento a todos os Bombeiros, homens e mulheres, que hoje e sempre, colocam as suas vidas em risco para salvar pessoas e bens. A todos eles é reconhecida uma justa homenagem, sem esquecer também, as Forças de Segurança, Autoridades Regionais e Locais e aos Cidadãos Anónimos, que se organizaram para fazer face a este flagelo.

Portugal está de luto !

Assim, a Eleita pelo PSD, propõe que a Assembleia Municipal delibere:

- 1. Aprovar o presente Voto de Pesar;*
- 2. Que seja dado conhecimento à Câmara Municipal de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, municípios afetados pelo fogo deste sábado, 17 de junho.”*

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

A este propósito a Sra. Presidente da Assembleia Municipal recordou que em seu nome pessoal e da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo remeteu no passado dia dezoito do corrente mês um voto de pesar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Pedrogão Grande por ser o concelho mais afetado da forma dramática que é conhecida, daí a Mesa não ter apresentado mais nenhuma tomada de posição.

Em intervenção seguinte o eleito Sr. António Xavier realçou o sentido de oportunidade e congratulou-se com o envio do voto de pesar da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo à Assembleia Municipal de Pedrogão Grande.

Seguidamente o mesmo eleito apresentou a seguinte proposta de Recomendação à Câmara Municipal:

“O período do ano em que acabámos de entrar é rico em “Festas de Verão” por todo o concelho. É do conhecimento público que estes eventos dão por vezes aso a consumos exagerados de álcool e conduzem à adoção de comportamentos menos próprios e até perigosos como é o caso da condução de veículos motorizados sob o efeito do álcool.

O histórico de sinistralidade rodoviária com vítimas no nosso concelho, representou em 2015 (último ano de estatísticas disponíveis) um dos maiores índices do Alentejo¹, com maior percentagem de casos de pessoas que conduzem veículos motorizados apresentando uma taxa de álcool superior a 1.2 g/L de álcool no sangue (representando um total de 48 crimes registados em 2015).

Moque Sofia

Tendo em consideração estes factos e dados alarmantes, o CDS-PP de Montemor-o-Novo considera que é do maior interesse de todos os municípios que seja colocado em prática o disposto no n.º 3 do Art.º 8.º do Regulamento da Atividade do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros que prevê que "... por ocasião de eventos que determinam um acréscimo excepcional de procura, a Câmara Municipal poderá criar locais de estacionamento temporário de táxis em local diferente do fixado e definir as condições em que o estacionamento é autorizado nesses locais..."

Para além de esta medida poder de facto representar alguma prevenção da sinistralidade rodoviária – oferecendo às pessoas a possibilidade de não conduzir depois de uma festa – é também uma medida que, no nosso entender, pode contribuir, no futuro, para uma maior aproximação e interação das populações, sobretudo jovens, do concelho caso seja adotada e devidamente divulgada.

Porque assim é, vem o CDS-PP

PROPOR a esta Assembleia, através de V. Ex.ª, se digne aprovar uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que sejam criados estacionamentos temporários de táxis em todos os locais onde ocorram as Festividades estivais, típicas da época, e que esta medida seja divulgada e publicitada de forma a que chegue ao conhecimento do maior numero possível de Municípios."

Interveio depois o eleito Sr. Guilherme Franco para solicitar esclarecimento quanto à necessidade de criação de tais lugares de estacionamento para táxis, atendendo a que os táxis se deslocam onde for necessário sempre que o serviço for solicitado.

O eleito Sr. António Xavier informou que os táxis vão efetivamente onde forem solicitados, mas de acordo com a lei o estacionamento dos mesmos a aguardar por potenciais clientes só pode ser feito em locais devidamente autorizados.

Em intervenção seguinte o eleito Sr. Carlos Zorrinho questionou em primeiro lugar se o Regulamento da Assembleia Municipal permite que sejam votadas "Recomendações", em segundo lugar perguntou à Câmara se esta tem poderes para cumprir com esta Recomendação e em terceiro lugar recomendou que a Câmara fizesse uma reunião antes da Feira com os taxistas para organizar a melhor forma de prestarem um bom serviço.

A Sra. Presidente da Assembleia informou que do ponto de vista formal e de acordo com o seu Regimento, a Assembleia pode aprovar Recomendações que não são de forma nenhuma uma deliberação para executar.

Disse depois a Sra. Presidente da Câmara que esta questão necessita duma avaliação, não sendo possível dar uma resposta imediata, até porque para além dos taxistas a GNR também deve ser envolvida na discussão dum assunto desta natureza que interfere com o Regulamento.

Deliberação: A Recomendação foi aprovada por maioria com cinco abstenções de eleitos da CDU e dezoito votos a favor dos restantes eleitos.

Retomou a palavra o eleito Sr. António Xavier, para apresentar nova Recomendação do seguinte teor:

"Como é do conhecimento geral, o Mercado Municipal apresenta, infelizmente, condições deploráveis. É visível a olho nu que o edifício está altamente degradado, por exemplo apresenta o teto suspenso por postes de ferro. As deficiências daquele edifício são também muitas, indicando apenas uma: inexistem casas de banho publicas, o que

Nogueira Sofia

nos dias de hoje é inaceitável e reprovável. Acresce que o Mercado não tem portas, nem claraboia na parte central que protejam aqueles que lá trabalham e dali tiram o seu rendimento e bem assim aqueles que, enquanto clientes, ali se abastecem de bens de primeira necessidade, do frio, vento, calor e chuva. Numa palavra, o Mercado é desconfortável.

Todos temos conhecimento desta realidade e, como é óbvio, o estado do edifício deve-se à falta de intervenção da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (doravante CMMN).

Não obstante o que atrás dissemos, as pessoas que exercem a sua atividade no Mercado Municipal continuam a pagar as taxas e licenças pela utilização das bancas. Sabemos que a CMMN já anunciou publicamente que as obras no edifício do Mercado terão (felizmente) início no presente ano de 2017.

Ainda assim, e porque as obras ainda não começaram e já o ano vai a meio, entendemos ser altura de a Autarquia mostrar às pessoas que de fato se preocupa com elas e que de fato está disposta a concretizar as prometidas obras, para tanto bastará um pequeno gesto, como adiante propomos.

Assim e

Considerando que:

. O Município de Montemor-o-Novo já deveria ter requalificado o edifício do Mercado Municipal há muito tempo;

. O Município apenas se limitou a pequenas obras de conservação, não assegurando condições mínimas e dignas para um normal funcionamento daquele espaço;

. As obras de requalificação do Mercado Municipal são para ter início ainda este ano;

. As pessoas que têm as suas bancas merecem um gesto de atenção por parte da CMMN;

O CDS-PP de Montemor-o-Novo propõe a esta Assembleia, através de V. Ex^ª., se digne aprovar uma recomendação à CMMN para que sejam suspensos – e por todo o tempo que demorarem as prometidas obras de requalificação – os pagamentos de todas e quaisquer taxas ou licenças devidas como contrapartida do uso dos espaços do Mercado Municipal, fazendo assim acreditar à população e, principalmente, a todos aqueles que utilizam o Mercado que a requalificação será uma realidade.”

Usou depois da palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho referindo que a legalidade da referida Recomendação é pouco clara, que mais parece tratar-se duma proposta de programa eleitoral e que apesar deste ser o momento de fazer mais propostas eleitorais do que recomendações, o CDS-PP com esta posição parece no entanto acreditar que a atual equipa do executivo se vai manter.

O eleito Sr. António Xavier referiu depois que sendo a Câmara a propor o valor das taxas é a Assembleia Municipal que as aprova e nessa altura a Câmara poderá apresentar uma proposta com a suspensão das respetivas taxas, sendo que a diferença entre a bancada do CDS-PP e as restantes é que durante os quatro anos do mandato têm vindo a trabalhar sem pensar nas eleições e assim continuarão a apresentar propostas em prol dos munícipes e sempre com o objetivo de cumprirem aquilo que prometeram.

Em intervenção seguinte disse o eleito Sr. Jorge Mestrinho considerar difícil nesta altura estar a promover alterações de taxas e até mesmo do ponto de vista legal disse ter algumas dúvidas quanto a isso, para além de julgar extemporânea esta recomendação que poderá no entanto vir a fazer sentido quando as obras se iniciarem e se encontrar então uma forma de minimizar o impacto junto dos comerciantes que desenvolvem a sua atividade naquele espaço.

Disse ainda o eleito Sr. António Xavier que a Câmara aplicará esta possível medida no tempo em que o quiser fazer. Esta proposta tem em vista, não só, o tempo em que o

mercado vai estar em obras, mas também todo o tempo que está para trás em que os comerciantes ali trabalharam sem condições.

Disse depois a Sra. Presidente da Câmara que os eleitos da Câmara já estiveram no Mercado a falar com os vendedores sobre o projeto que ali iria ser feito, sobre a proposta de localização temporária que tem de acontecer enquanto decorrerem as obras e sobre as medidas que deviam ser tomadas aquando da realização dessas obras e é com base nesse calendário de intervenção que serão tomadas as medidas que se considerem necessárias, sendo que o proposto é uma dessas medidas e isso mesmo já foi referido aos vendedores do Mercado.

Deliberação: A Recomendação foi rejeitada com treze votos contra dos eleitos da CDU, nove abstenções dos eleitos do PS e PSD e um voto favorável do eleito do CDS/PP.

Ainda pelo mesmo eleito foi depois questionado se a Oficina da Criança está ou não preparada para receber crianças com deficiência física e motora, aproveitando também para entregar à Sra. Presidente, no exercício do direito que lhe é conferido pela alínea g) do artº. 26º do Regimento da Assembleia Municipal, um conjunto de requerimentos, a saber: Regulamento de Funcionamento do Arquivo Municipal, seu inventário e nota de despesas da Câmara Municipal com o Arquivo; Regulamento do Centro Juvenil, seu inventário e nota de despesas da Câmara Municipal com o Centro Juvenil; Protocolos assinados com todas as associações culturais identificadas pelo menos nos painéis digitais; Protocolo assinado com o Ofício das Artes; Projeto de viabilização do Matadouro; Mapa de perímetros urbanos da cidade e das Freguesias; Planta de Saneamento e de Águas da Freguesia do Ciborro; Carta de Ruído, Planta de Ordenamento e a Planta de Condicionantes do PDM.

Usou depois da palavra o eleito Sr. Pedro Bento para abordar a questão do abastecimento de água ao Ciborro, começando por citar, a este propósito, a declaração da Sra. Presidente da Câmara Municipal na última sessão da Assembleia que em resposta à Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro referiu que *"...a obra de intervenção para anulação da conduta de abastecimento público de água está a decorrer dentro da normalidade."* Neste sentido, disse que, contrariamente ao afirmado, a obra não está a decorrer dentro da normalidade dado que ultimamente ocorreram mais três roturas na conduta de abastecimento sem qualquer esclarecimento ou informação à população, exibindo depois duas fotografias que mostram a água que corria nas torneiras do Ciborro no dia treze de maio, em que para os crentes que acreditem em milagres podem ser levados a tomar a dita água como leite, mas de facto trata-se de água com cloro e a situação é ainda mais caricata pelo facto dos Ciborrenses, neste mês, terem recebido junto à fatura da água um comunicado apelando à poupança e defesa da água pública, posição que a bancada do PS também defende, mas o que se passa no Ciborro é uma má gestão cujos argumentos se tornam caricatos quando este é o serviço público que a Câmara Municipal presta na Freguesia do Ciborro. A concluir, solicitou que a Sra. Presidente ou o Vereador responsável pelo pelouro comentassem o caso perante as fotografias da água que distribuiu.

Disse depois a Sra. Presidente que não dispõe de outra informação que lhe permita saber o que se passou neste dia no sistema de abastecimento de água, não possuindo, de momento, nenhuma informação técnica que os serviços possam ter reportado ao Vereador da área, por forma a ter mais dados sobre o assunto.

Interveio de novo o eleito Sr. Pedro Bento para dizer que não existindo conhecimento do que se passou a situação é ainda mais grave, porque não restam dúvidas que houve uma falha, dado que a água não corre normalmente assim e a dita água nem para lavar os pés serve. Perante tal gravidade, ao não haver sequer uma palavra aos Ciborrenses,

Hoque Sofo

No que se fala

a Sra. Presidente da Câmara quando voltar ao Cíborro, além de votos peça também desculpa (concluiu).

Voltou a intervir a Sra. Presidente para referir que nesta Assembleia já se falou várias vezes sobre estas questões e também já foi referido várias vezes que as informações técnicas de que a Câmara dispõe e as análises que existem continuam a confirmar a qualidade da água no Cíborro. As roturas são imprevisíveis a menos que decorram de trabalhos programados e a Câmara continua a afirmar que estão garantidos os parâmetros que são exigidos no âmbito da gestão da água.

O eleito Sr. Pedro Bento retorquiu referindo que aquilo que a Sra. Presidente acaba por dizer poderia ser-lhe dada razão se não houvesse interrupção no abastecimento, porque a interrupção no abastecimento devido a uma rotura é um caso excecional, logo devia ter medidas excecionais, mas não foi o caso e não é sequer necessário analisar a água para se poder afirmar que a mesma está imprópria para consumo porque as suas características bacteriológicas são claras nesse aspeto. Contudo, o que a Sra. Presidente está a referir é que as análises programadas são normais quanto ao abastecimento normal, mas o que acontece no Cíborro são constantes roturas. Neste caso em que houve uma falha no sistema que despoletou esta situação anormal, era exigível uma intervenção excecional que foi isso que a Câmara não fez, para além de ter falhado também em termos de comunicação com a população porque as pessoas têm a água nas torneiras ou branca ou castanha e nunca sabem se e quando podem consumi-la e as coisas não podem funcionar assim.

Em intervenção seguinte é sobre a mesma temática a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Cíborro referiu que a Junta já solicitou várias vezes à Câmara o projeto das novas condutas e destas reparações, constando da ata da última Assembleia que a Sra. Presidente da Câmara disse que iam enviar as plantas, mas até à data nada foi remetido à Junta e as questões levantadas pelo eleito Sr. Pedro Bento são colocadas pelos Fregueses na Junta, designadamente se as interrupções no fornecimento são programadas, se as roturas se referem a obras na parte da conduta que está a ser substituída, etc. e a Junta não tem qualquer tipo de resposta para dar às pessoas, pelo que mais uma vez disse agradecer que a Sra. Presidente reforçasse junto dos serviços municipais o interesse da Junta em conhecer o projeto quanto antes.

Disse em seguida a Sra. Presidente que a Câmara dispõe de análise à água do Cíborro que foi efetuada já este mês, cujos parâmetros estão dentro da normalidade, análise que foi feita fora do plano normal de controlo. Quando foi iniciada a obra de substituição da conduta que é uma intervenção extremamente importante para resolver definitivamente este problema, foi prestada uma informação aos munícipes da área que poderia ser afetada, já reforçada novamente, comunicando que no âmbito dos referidos trabalhos poderiam ocorrer roturas esporádicas e imprevisíveis, sem que fosse possível fazer um aviso prévio no âmbito da obra que está a decorrer. Aproveitou por último para informar que está para avançar a próxima fase da obra que decorrerá por empreitada, tendo as fases iniciais tido a intervenção dos serviços municipais.

Em intervenção seguinte disse o eleito Sr. Manuel Coelho não entender a razão pela qual a Câmara ainda não remeteu à Junta de Freguesia o processo da obra da conduta de abastecimento de água que ali está a ser efetuada. Apesar de alguns processos já terem sido enviados a pedido da Junta, este ainda não o foi e não é o único em que o envio não foi feito, não compreendendo a razão pela qual isso acontece. Na prática a Junta passa a ser a última entidade a ter conhecimento do processo relativo a uma obra que está a ser efetuada na sua própria Freguesia.

Perante a última intervenção do eleito Sr. Coelho, a Sra. Presidente disse nada haver a esconder, nem nunca houve e por isso mesmo é que todas estas questões têm sido

Moque Sofu

tratadas nesta sessão que é pública. Disse depois a Sra. Presidente ter a indicação que aquilo que havia sido pedido pela Sra. Presidente da Junta já havia sido enviado, embora neste momento não tenha forma de o poder comprovar, mas comprometendo-se entretanto a ir verificar o que se passou, porque efetivamente a informação que possui é que os elementos já haviam sido disponibilizados.

Em intervenção seguinte o Sr. Vereador António Pinetra disse dispor também da informação de que os elementos pedidos pela Junta, quanto ao traçado da conduta, já terão sido enviados pela Câmara. Quanto à obra propriamente dita, referiu que a mesma está dividida em três fases, em que duas delas são asseguradas pelos serviços municipais (substituição de troço da conduta existente desde a Rua do Zambujeiro até à entrada para a Zambujeira e a outra fase que é a substituição da conduta desde o depósito da Parreira até uma determinada zona da herdade da Zambujeira) e uma terceira fase que se vai agora iniciar e que já foi contratualizada com uma empresa em que o traçado da conduta será nessa extensão totalmente novo e que vai passar pelo lado de cima do monte da Zambujeira e depois segue paralelamente à estrada no sentido Lavre-Ciborro, indo ao encontro da conduta cujo trabalho está a ser feito pelos serviços da Câmara e isto porque aquela zona é muito rochosa e a Câmara não dispõe de equipamentos para fazer esse tipo de trabalho e dessa forma efetuar toda a obra, pelo que tecnicamente foi decidido substituir a parte da conduta que era possível fazer por administração direta utilizando nessa extensão de conduta o mesmo traçado que atualmente existe. Disse também que desde o início dos trabalhos têm existido algumas roturas precisamente nas zonas onde a conduta ainda não foi substituída e há interrupções de fornecimento que têm a ver com o ligar e desligar do *bypass* para se poder avançar com os trabalhos. Concluiu afirmando que caso não tenha sido enviado o projeto o mesmo será remetido, até porque foi feito pelos serviços municipais pelo que não há nada a esconder e nem é essa a intenção.

Questionou depois o eleito Sr. António Xavier sobre o termo previsto para a referida empreitada, tendo o Sr. Vereador António Pinetra informado que salvo erro serão sessenta dias, sendo objetivo da Câmara que a parte que está a ser feita pelos serviços da autarquia possa estar completa pela mesma altura em que o empreiteiro concluirá o outro troço, por forma a ligar então toda a conduta.

Voltou o eleito Sr. Manuel Coelho a usar da palavra para referir que a questão da coloração da água e da areia nas tubagens são questões que acontecem com as roturas e com a substituição de condutas, mas as pessoas incomodam-se com isso e é aí que deve ser prestado esclarecimento à população para não dar em confusões desnecessárias, porque existe falta de esclarecimento. Referiu, contudo, que no que à obra diz respeito os trabalhos têm vindo a ser bem executados, mas, sublinhou, houve falta de informação da Câmara à Junta e à população, em que poderia ter-se evitado esta anómala situação que se criou.

O eleito Sr. Carlos Zorrinho disse seguidamente que tendo em conta a importância do esclarecimento e tendo também em conta que o Sr. Vereador Pinetra disse que o projeto está disponível propõe que o Sr. Vereador possa fazer chegar o projeto à Junta no prazo de cinco dias, tendo o próprio Vereador informando que vai transmitir esta questão à Sra. Vereadora Palmira enquanto eleita com responsabilidade na ligação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia do concelho.

Interveio o eleito Sr. Alexandre Pirata para referir que em obras desta envergadura é importante que exista uma ligação entre os eleitos e os técnicos da Câmara com os eleitos das Freguesias, colaboração que ajuda e que é indispensável para a boa gestão e acompanhamento das obras.

Usou da palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos para se referir ao facto da Escola Secundária ter sido alvo de obras de requalificação, período esse em que foi necessário transferir as mesas de voto para a sede da Junta de Freguesia da Vila aquando da realização de atos eleitorais. Entretanto, sugeriu à Sra. Presidente da Câmara Municipal que diligenciasse no sentido das próximas eleições autárquicas se realizarem de novo na Escola Secundária, por razões que classificou de óbvias.

João Marques

Interveio depois a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela para referir que se está a completar um ano sobre a data em que a viatura de lavagem dos contentores do lixo esteve parada durante todo o Verão, pretendendo nessa perspetiva saber se já existe agendamento da referida viatura para o concelho de Montemor-o-Novo no Verão que agora se inicia, atendendo a que vários Fregueses já se dirigiram à Junta a questionar quando é que se efetuava a lavagem dos baldes do lixo que já têm um odor insuportável para a altura do ano em que nos encontramos.

A Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que na presente semana a Câmara tomou conhecimento duma declaração apresentada pelo Sr. Vereador João Marques a apresentar renúncia ao mandato, com efeitos imediatos. Na sequência dessa tomada de conhecimento foi convocado o cidadão que está a seguir na lista que é o Sr. Joaquim Batalha, que será o substituto do Sr. Vereador João Marques que se ausentou.

Referiu ainda ter-se verificado uma alteração desde o passado dia um de junho na Chefia da Divisão de Administração Geral e Financeira, com a saída e cessação da Comissão de Serviço do Dr. Francisco Catarro e o início da Comissão de Serviço da Dra. Anabela Pires. Não havendo mais pedidos de uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de Trabalhos.

1º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Instalação de Equipamento Infantil na CHE “A Alentejana”

A Sra. Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação geral da proposta de Protocolo em causa.

Interveio depois a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, questionando sobre os critérios de comparticipação da Autarquia nesta e nas propostas de Protocolos seguintes, atendendo a que nuns a percentagem se situa em cinquenta por cento do valor dos Protocolos e noutros a Câmara assume o pagamento da totalidade.

Em resposta informou a Sra. Presidente que nos Protocolos em que as obras a realizar são competência da Câmara, esta assume uma comparticipação total, enquanto que, nas restantes questões comparticipa em metade do valor.

Interveio depois o eleito Sr. Joaquim Bastos para referir que sendo o objeto do Protocolo a deslocalização do equipamento, considera o serviço bastante oneroso para além de ter IVA incluído o que parece não fazer sentido se é a Câmara a dar o equipamento à Junta de Freguesia.

Em intervenção seguinte informou o eleito da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, Sr. Jorge Mestrinho que o Protocolo não contempla apenas a mera deslocalização do equipamento, dado que o mesmo que estava em uso na Escola número três na cidade já tinha algum desgaste, pelo que ao fazer a sua recolocação também foi necessário fazer algumas reparações,

Moque Sofo

as quais têm de ser sempre feitas por empresas devidamente acreditadas e cujos custos são por norma extremamente elevados.

O eleito Sr. António Xavier referiu depois que com base no que foi dito pelo anterior interveniente a questão da reparação do equipamento não consta do Protocolo, pelo que tal referencia deveria ser feita, uma vez que o Protocolo apenas se reporta à deslocalização.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

2º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras referente a Obras de Melhoramento no Palco de Silveiras

A senhora Presidente da Câmara Municipal interveio para fazer a apresentação geral da respetiva proposta de Protocolo.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

3º. Ponto – Proposta de Protocolo com as Juntas de Freguesia do Concelho para a criação de ATL's de Verão/2017

A senhora Presidente da Câmara Municipal interveio para fazer a apresentação da respetiva proposta, informando tratar-se dum Protocolo geral de adesão voluntária por parte das Juntas de Freguesia do concelho que venham a criar projetos de ATL no Verão, visando estabelecer os critérios de apoio aos mesmos, que funcionarão nos meses de julho a setembro.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

4º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre e a Associação "O Sobreiro", referente a fornecimento de refeições a utentes

A Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que esta proposta de Protocolo surge pela segunda vez e visa apoiar o fornecimento de refeições aos utentes do serviço de

apoio domiciliário da Associação “O Sobreiro”, prestando assim um importante apoio aos referidos utentes.

Nogueira

Disse depois o eleito Sr. Joaquim Bastos que a pedido do eleito Sr. Augusto Pascoal, ter-lhe sido solicitado que em seu nome e da Associação “O Sobreiro” apresentasse nesta Assembleia um agradecimento pelo trabalho que tem sido desenvolvido entre a Associação, a União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre e a Câmara Municipal, porque na verdade sem este apoio não seria possível proporcionar refeições a muitas das pessoas que estão na Associação.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

5º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Ciborro referente à Construção de Passeio na Rua do Zambujeiro

A senhora Presidente da Câmara Municipal interveio para fazer a apresentação da respetiva proposta de Protocolo, informando tratar-se duma intervenção na via pública que visa construir uma parte do passeio da Rua do Zambujeiro que estava em falta na Freguesia do Ciborro.

Usou seguidamente da palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos para alertar para o facto de não constar do Protocolo o nome da Junta de Freguesia como parte interveniente, havendo por isso que corrigir a parte da proposta onde consta “... *Protocolo entre a Câmara Municipal e a Câmara Municipal...*”.

A Sra. Presidente informou tratar-se dum lapso a corrigir na versão final que vier a ser assinada.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

6º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Aquisição e Instalação de Cobertura Sevilhana para a E.B. nº. 5

Informou a Sra. Presidente da Câmara Municipal tratar-se da proposta de instalação duma cobertura no espaço exterior da área que é ocupada pelo jardim de infância do Centro Escolar.

O eleito Sr. Manuel Coelho solicitou esclarecimento quanto ao tipo de cobertura denominada de “Sevilhana”.

Em resposta o Sr. Vereador António Pinetra informou que o nome constitui a referência dada ao tipo de cobertura, derivando do facto da mesma ser constituída com material entrelaçado e com as características da própria estrutura, atendendo a que não é possível a sua fixação ao edifício.

Moque Sofo

Usou depois da palavra a eleita Sra. Helena Antunes para lamentar que logo a seguir à construção dessa escola que é nova, se verifique já a necessidade de se estar a fazer um investimento deste montante (mais de 15.000,00 €), situação que disse ter estranhado aquando da inauguração ao constatar que o espaço de recreio não dispunha de qualquer tipo de cobertura, vindo agora a confirmar-se a necessidade de o fazer, fato que disse lastimar porque o projeto inicial deveria desde logo ter contemplado essa indispensabilidade.

O eleito Sr. António Xavier perguntou depois sobre a área que a estrutura vai ocupar, informando a Sra. Presidente que a cobertura abrange a parte das salas do jardim de infância onde estão os brinquedos.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

7º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Fornecimento e Substituição da Cobertura do Pavilhão Multiusos de Fazendas do Cortiço

A Sra. Presidente referiu tratar-se duma proposta de intervenção que pretende realizar-se no Pavilhão de Fazendas do Cortiço que já teve uma primeira recuperação do pavimento e que agora se propõe substituir também a cobertura, por forma a utilizar o espaço como sala multiusos.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

8º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para Plantação de Canteiros na Praceta da Rua Mariana Gutierrez de Moraes Paquete

A Sra. Presidente da Câmara procedeu à apresentação genérica da proposta, consubstanciada no documento que aqui se dá por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

Moque Sofo

9º. Ponto – Adenda ao Acordo de Execução entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras/Ajustamento de valores a transferir

A Sra. Presidente referiu inicialmente que os Acordos assinados entre a Câmara e as Juntas de Freguesia previam no seu artigo nono que as verbas podiam vir a ser atualizadas de acordo com variações quantitativas ou qualitativas que ocorressem nos valores de referência que estiveram na base do cálculo das verbas aprovadas. Neste caso, trata-se duma proposta que por força do reordenamento escolar vieram a colocar-se algumas alterações que comprovadamente crescem na despesa que a Junta de Freguesia tem para assumir em termos de intervenção nesse espaço, pelo que se propõe o ajustamento de verbas que constam do documento em análise, decorrente duma alteração que se registou já em data posterior à assinatura do Acordo de Execução entre a Câmara e a Junta de Freguesia.

O eleito Sr. Manuel Coelho referiu que o Acordo em apreço envolve uma verba avultada, questionando se este tipo de Acordos (que por norma atingem valores mais reduzidos), pode ter o mesmo enquadramento e o mesmo tipo de tratamento, sem outros pareceres ou outro tipo de fiscalizações, quando estão em causa consideráveis verbas.

Em resposta a Sra. Presidente disse que se trata duma adenda ao Acordo antes assinado, em que agora saem do Acordo os estabelecimentos escolares que deixaram de estar a funcionar e entra o Centro Escolar cuja infraestrutura na altura não existia, alteração que implicou aumento dos custos para a Junta de Freguesia que comprovadamente foram apresentados e que veio a dar origem à presente proposta de revisão de valores. O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Deliberação: A proposta de Adenda ao Acordo de Execução entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, foi aprovada por unanimidade.

10º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Fornecimento e Montagem de Estores no Jardim de Infância de S. Mateus

A Sra. Presidente da Câmara procedeu à apresentação genérica da proposta, consubstanciada no documento que aqui se dá por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

11º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para Pavimentação em Betuminoso da Zona Urbana de Ferro da Agulha

Moque Sofre

A Sra. Presidente da Câmara procedeu à apresentação da proposta, dizendo tratar-se duma intervenção que se pretende vir a realizar na rede viária junto ao espaço urbano do Ferro da Agulha, propondo-se o apoio à Junta de Freguesia para proceder à respetiva intervenção.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

12º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Cabrela para Apoio à Recuperação das Portas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Referindo que a Igreja de Cabrela constitui um importante património da Vila, a Sra. Presidente realçou o acordo entre a Câmara e a Junta de Freguesia que permitiu chegar à presente proposta que visa o apoio à recuperação das Portas da Igreja de Cabrela.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

13º. Ponto – Proposta de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal / Pecuária na Courela do Baldio

A Sra. Presidente da Câmara disse que a Assembleia já aprovou outros processos semelhantes, tratando-se duma legislação que permite a regularização extraordinária de explorações de atividade pecuária e neste caso o que se propõe é que a Câmara e a Assembleia reconheçam, e apenas para estes fins, o interesse público da exploração.

O eleito Sr. António Xavier solicitou informação sobre a data em que a empresa em questão encetou os primeiros contactos com a Câmara para este fim, tendo a Sra. Presidente da Câmara respondido que a data em questão consta do próprio requerimento e é vinte e um de junho de dois mil e dezassete.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal relativo à Pecuária na Courela do Baldio, foi aprovada por unanimidade.

Moçambique

14º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para realização da Feira Franca

A Sra. Presidente da Câmara procedeu à apresentação da proposta de Protocolo, que visa apoiar a realização da Feira Franca do Escoural à semelhança do deliberado em anos anteriores, exatamente com o mesmo valor.

O presente documento dá-se aqui por integralmente reproduzido nos termos da lei, sendo rubricado pelos Membros da Mesa e ficando apenso aos documentos da presente ata.

Não havendo pedidos de esclarecimento ou de outra natureza a Sra. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada, foi aprovada por unanimidade.

15º. Ponto – Informação acerca da Atividade da Câmara Municipal

Usando da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal informou relativamente às duas questões colocadas no período de antes da ordem do dia que haviam ficado pendentes de resposta que a Oficina da Criança tem condições para receber pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência e também que a viatura de lavagem de contentores neste momento está a funcionar dentro da normalidade não havendo nesta data em concreto informações quanto à paragem do veículo.

Em intervenção seguinte a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro referiu constar da informação da atividade da Câmara que foram efetuadas propostas de resolução da sinalização da Estrada Nacional 2, pelo que solicitou informação se nessa proposta estarão incluídas as reparações à sinalização existente na aldeia do Ciborro, quer dos semáforos que estão sem funcionar, quer da sinalização vertical e do limite de velocidade.

Em resposta disse a Sra. Presidente que tais referências são da responsabilidade de intervenção das Infraestruturas de Portugal.

Disse depois a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro que tal temática já foi abordada noutras ocasiões nesta Assembleia, já foi também tratada com o Sr. Vereador no âmbito do Conselho Municipal de Segurança, onde as informações não são coerentes, dado que o Município diz que é responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e por sua vez esta entidade diz que é do Município. Para além disso disse ter também pedido ao Sr. Vereador António Pinetra no último Conselho Municipal de Segurança que lhe fizesse chegar essa informação por escrito (documento que diz que é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal) para que pudesse confrontar a I.P. com essa situação, mas até à data não lhe foi facultado o documento.

Em intervenção seguinte o Sr. Vereador Pinetra começou por pedir desculpa no caso do documento não ter chegado à Junta de Freguesia, mas de qualquer forma o documento que a Câmara possui a Junta de Freguesia também o tem porque a Câmara recebeu-o das Infraestruturas de Portugal com conhecimento que tinha igualmente sido remetido

Ho que Sofia

à Junta e o que dele consta é o compromisso da Câmara em assumir o pagamento da baixada de ligação elétrica, o pagamento dos consumos de eletricidade com os semáforos e as pequenas manutenções, como por exemplo a substituição de lâmpadas. Tudo o que tenha a ver com questões estruturais, como seja o equipamento que é propriedade das Infraestruturas de Portugal, esse tipo de intervenção é da responsabilidade da I.P.. Como exemplo elucidativo disse estar a substituição dos semáforos na Avenida Gago Coutinho que levou anos a ser feito, mas finalmente a Infraestruturas de Portugal fez a obra. Porém, no caso do Ciborro já foram feitas várias informações à empresa juntando inclusivamente fotografias, para além de lhes ter sido transmitido que os danos nos semáforos se deve a um incidente com uma viatura que tudo indica deveria ter dimensões ou carga acima do permitido uma vez que bateu no semáforo a uma altura que em condições normais não podia ter acontecido e em que por certo a Infraestruturas de Portugal deverão estar na posse dessa informação, podendo o seguro dessa viatura resolver o problema da reparação. Finalizou a sua intervenção opinando que por este conjunto de razões é entendimento da Câmara Municipal que a recuperação da estrutura, que é propriedade da Infraestruturas de Portugal, é da inteira responsabilidade desta entidade.

Interveio de novo a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro para dizer que a informação agora dada pelo Sr. Vereador Pinetra já lhe havia sido prestada diretamente pelo próprio. Contudo, a Junta não possui o documento que o Sr. Vereador diz existir sobre a definição de responsabilidades neste domínio, garantindo que até à data o mesmo não deu entrada na Junta.

O que a Junta tem, continuou, são os ofícios da Infraestruturas de Portugal que dizem precisamente o contrário. Todavia, caso tivesse o dito documento que o Sr. Vereador refere, a Junta poderia utilizá-lo para junto a reparação junto da Infraestruturas de Portugal.

O Sr. Vereador António Pinetra disse ainda que a Câmara recebeu um ofício da Infraestruturas de Portugal a dar conhecimento da resposta que foi dada à Junta de Freguesia, na sequência dum ofício da Câmara assinado pelo então Vereador João Caldeira em que as Infraestruturas de Portugal anexam o documento que define as responsabilidades que cabem a cada uma das partes, documentação que disse poder enviar para a Junta de Freguesia. Para além disso houve uma reunião na Câmara com os responsáveis da empresa, onde os mesmos se comprometeram a reparar o sinal vertical com a indicação de aproximação de semáforo com a velocidade máxima de 50 Km/h e do próprio semáforo à semelhança do que já foi efetuado em Foros de Vale de Figueira e Lavre, mas que no caso do Ciborro ainda não aconteceu, estando mais recentemente a verificar-se uma situação idêntica no Reguengo/S. Mateus. Talvez fazendo pressão em conjunto (Câmara e Junta) se consiga (concluiu).

Acrescentou a Sra. Presidente da Junta do Ciborro concordar que a pressão conjunta possa ser mais eficaz e que a razão de hoje voltar a levantar a questão prende-se com o facto de aparecer na informação da atividade da Câmara que há propostas de resolução da sinalização da estrada nacional 2 e como o Ciborro é atravessado por essa estrada e este assunto já foi falado tanta vez tem todo o interesse em saber se o problema havia sido tratado no âmbito das referidas propostas.

Em sequente intervenção o eleito Sr. Carlos Zorrinho referiu que quando em causa esteja a segurança pública, a Câmara pode substituir-se à entidade de tutela e depois pedir o reembolso. Desconhecendo se é esse o caso, disse, no entanto, que existindo um acidente grave ou alguma morte, a entidade de proximidade não pode imiscuir-se das suas responsabilidades e desculpabilizar-se com o envio dum requerimento para a entidade que superintende a área.

No 7 me 6 fu

Esgotada a ordem de trabalhos a Mesa procedeu à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente a Sra. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao público presente, fazendo uso da palavra o munícipe Sr. Luís Machado que questionou a forma como se vai processar a questão do Conselho Municipal de Juventude tendo em conta a saída do executivo do Sr. Vereador João Marques e que seria com ele que iriam ser tratadas a maior parte das questões relativas a este assunto. Para além disso referiu que na última Assembleia Municipal foi indicado que a primeira reunião se realizaria na segunda quinzena de maio, o que não aconteceu, razões que o levaram a solicitar informação sobre a data para realização da reunião que já deveria ter sido realizada.

O mesmo munícipe referiu-se depois à pista de motocross que existe na Herdade da Adua em que um grupo de jovens montemorenses que costumava usufruir do espaço neste momento não o pode fazer por alguns constrangimentos, aproveitando aqui a oportunidade para informar que um jovem montemorense de nome Alexandre Bastos em cinco provas totais de torneio Yamaha recentemente realizado ganhou quatro delas, mas neste momento encontra-se incapacitado de poder treinar em Montemor-o-Novo por não poder usufruir da pista. Ao que disse saber, o grupo de jovens que costumava utilizar a pista tentou entrar em contato com a Câmara por várias ocasiões, procurando reunir com os serviços municipais (o que parece ter chegado a acontecer), altura em que lhes terão apresentadas algumas soluções para resolver o problema, razão pela qual solicitou informação quanto à eventualidade de já ter sido encontrada alguma solução concreta para o problema e em caso afirmativo para quando.

Fez depois uso da palavra o munícipe Sr. Vitor Vicente para questionar sobre a informação que se encontra plasmada na plataforma "Morinveste" relativamente ao FAME, em que nessa secção do "site" está descrito que a Câmara Municipal tem um protocolo de financiamento a micro empresas celebrado com o Banco Espírito Santo, pretendendo expressamente saber se a Câmara ainda mantém este protocolo com o Novo Banco ou com outra entidade, atendendo aos problemas que houve em 2014 com a referida instituição bancária ou se contrariamente se trata apenas uma desatualização do "site".

Colocou depois uma segunda questão relativamente ao FAME, perguntando relativamente a este mandato quantas empresas foram mutuadas entre a Câmara Municipal e a entidade financeira e quantas dessas entidades tiveram sucesso.

Em resposta relativamente à questão do Conselho Municipal de Juventude, a Sra. Presidente da Câmara informou que estão reunidas as condições para efetuar a primeira reunião logo no início de julho.

Quanto à pista de motocross disse ter de recolher mais elementos para poder responder à questão colocada.

No que se refere ao Protocolo do FAME mantêm-se ativo. Entretanto, a Câmara já tinha diligenciado também com a intervenção da ADRAL há algum tempo atrás, havendo a perspectiva de poder vir a existir outro instrumento de apoio às micro empresas, sendo também importante recordar que este fundo foi criado quando não existiam outros instrumentos de apoio às micro empresas que agora existem e daí até as próprias características do apoio não estarem hoje tão ajustadas aquilo que é a realidade atual das micro empresas do concelho, em que por exemplo o programa Portugal 2020 tem um sistema específico de incentivos o "SI2E", do qual a Câmara já promoveu uma sessão pública de divulgação desse sistema de incentivos e empresas do concelho que por sua vez já apresentaram candidaturas nesse mesmo âmbito. Disse, no entanto, não dispor de momento da informação das empresas que foram aprovadas no mandato em curso, comprometendo-se a fazer chegar essa informação posteriormente.

O munícipe Sr. Luis Machado interveio ainda para poder ter a confirmação se existiu ou não uma reunião entre a Câmara e o grupo de jovens que praticam motocross, se eles efetivamente se deslocaram à autarquia para tentar encontrar uma solução e caso essa reunião tenha existido disse pretender saber se foi apresentada alguma solução mesmo que provisória.

A Sra. Presidente reafirmou não dispor desses dados neste momento, tendo de confirmar o que foi colocado para poder dar a informação pretendida.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas.

E eu, Maria José Mira Imaginário, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Assistente Técnica



Vitalina da Conceição P. Roque Pires Sofio



Maria José Mira Imaginário